

REFLETINDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS CONCEITOS: O FÓRUM REGIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD) NO TRABALHO

Fabiane Aparecida Moreno Garcia

Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal da Saúde do Estado de São Paulo,
Coordenadoria Regional de Saúde - Centro Oeste
fabivioleta@hotmail.com

José de Jesus Filho

Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP
Fundação Getúlio Vargas - FGV
jjesusfilho@gmail.com

Resumo: As Pessoas com Deficiência (PcD) durante anos ficaram afastadas do convívio social, resultado do histórico de exclusão e vulnerabilidade vivenciado por este grupo e que ainda não foram plenamente superadas. Na literatura sobre políticas públicas, as ações locais têm exercido um papel importante como forma de consolidação da democracia brasileira e de inclusão de PcD. Esse estudo busca refletir e explorar os conceitos de desenvolvimento local, intersetorialidade e cidadania na construção das políticas públicas a partir da experiência do Fórum Regional de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho. Essa pesquisa qualitativa foi estruturada em duas etapas: estudo bibliográfico e documental aliado à observação participativa. A literatura conceitua desenvolvimento local como a concepção da construção de ações que, direta ou indiretamente, promovam a qualidade de vida da população, por outro lado, a cidadania é o elemento exponencial para a concretização do desenvolvimento local e a intersetorialidade, entendida como uma condição para se chegar ao desenvolvimento local. No caso das políticas públicas de PcD, implica em uma transversalidade de necessidades que percorrem as áreas dos direitos humanos, trabalho e renda, acessibilidade, saúde, etc. A participação ativa no Fórum, mostrou que os PcDs participantes tinham interesse em obter uma ocupação laboral ou de compartilhar como os desafios foram superados (aqueles que já estavam empregados). Interessante perceber que outros segmentos, tais como idosos e adultos sem deficiência com dificuldades na inserção no mercado de trabalho encontravam nesse espaço uma possibilidade de mudança em sua realidade. Observou-se que o Fórum se configura como um importante espaço de construção e disseminação de saberes e pôde demonstrar convergência e materialização dos conceitos de desenvolvimento local, intersetorialidade e cidadania. Dessa forma, além da inclusão de PcD esse Fórum se tornou um espaço de estímulo para a participação de diferentes grupos sociais e de vários atores das políticas públicas, fortalecendo assim a democracia e a cidadania.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência (PcD); Trabalho; Mercado de Trabalho, Políticas Públicas; Cidadania

Abstract: The People with Disabilities (PWD) for years have been separated from social life, as a result of the history of exclusion and vulnerability experienced by this group which have not yet been completely overcome. In the literature on public policies, local actions have played an important role in consolidating Brazilian democracy and the inclusion of PWD.

This study seeks to reflect and explore the concepts of local development, intersectoriality and citizenship which help in the construction of public policies based on the experience of the "Regional Forum to Support the Inclusion of People with Disabilities at Work". This qualitative research was structured in two stages: bibliographic and documentary study allied to participatory observation. The literature conceptualizes local development as the conception of the construction of actions that, directly or indirectly, promotes the quality of life of the population; on the other hand, citizenship is the exponential element for the concretization of local development and the intersectoriality, understood as a condition to reach local development. In the case of public policies of PWD, it implies a transversality of needs that cover the areas of human rights, work and income, accessibility, health, etc. The participatory observation in the Forum showed that the PWDs were interested in obtain a job or share how to overcome the challenges (those who were already employed). It is interesting to note that other segments, such as the elderly and non-disabled adults with difficulties in entering the labor market, found in this space also a possibility of change in their reality. It was observed that the Forum is an important space for the construction and dissemination of knowledge. Furthermore, this project was able to demonstrate convergence and materialization of the concepts of local development, intersectoriality and citizenship. Thus, in addition to the inclusion of PWDs, this Forum fosters the participation of different social groups and of various public policy actors, thus strengthening democracy and citizenship.

Keywords: Disabled persons (PWD); Work; Job market; Public policy; Citizenship.

INTRODUÇÃO

Esse estudo busca refletir e explorar os conceitos de desenvolvimento local, intersectorialidade e cidadania na construção das políticas públicas. Para esse efeito, procurou-se estudar o fenômeno específico do Fórum Regional de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho, realizado no território do Butantã no município de São Paulo.

Antes de discorrer sobre o Fórum, faz-se necessário pontuar que sua existência se dá no contexto da atuação do Programa Aprender com Cultura e Extensão do curso de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP), que dentre suas ações propõe e organiza as intervenções do Fórum no território do Butantã. De modo que esse programa de extensão disponibiliza estudantes bolsistas e uma profissional em terapia ocupacional para acompanhar, avaliar e planejar as ações do Fórum.

Para entender se os conceitos de desenvolvimento local, intersectorialidade e cidadania podem ser observados nas ações do Fórum, fez-se imperativo compreender as definições encontradas na literatura e assim buscar articulá-las com o Fórum propriamente dito. E, além disso, verificar a importância desses conceitos para as políticas públicas.

Este estudo propõe uma reflexão a partir de uma experiência de participação social emanada pelo e no território – o Fórum Regional de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho – de modo que busca o estabelecimento de relações com importantes conceitos da gestão pública, sendo eles: o desenvolvimento local, a cidadania e a intersetorialidade.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (LÜDKE, 2012), realizada por meio do estudo bibliográfico e documental. No que diz respeito ao estudo documental (MARCONI; LAKATOS, 2006), foram analisados dois relatórios produzidos pelo Programa de Cultura e Extensão do Curso de Terapia Ocupacional da USP. O primeiro relatório compreendido entre agosto de 2013 e julho de 2014 e o segundo entre agosto de 2014 e julho de 2015.

Além disso, optou-se também pela utilização da técnica de observação, em que se procurou examinar fatos ou fenômenos concernentes à presença dos conceitos de desenvolvimento local, intersetorialidade e cidadania nas ações do Fórum de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho.

Para a observação, optou-se pela modalidade assistemática e participante. Assistemática porque a coleta e o registro dos fatos ocorreram de forma livre, sem a necessidade de planejamento e controle previamente determinados. Participante porque o pesquisador se incorporou ao grupo, tornando-se um membro desse grupo (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Desse modo, o pesquisador participou de dois encontros promovidos pelo Fórum, onde foi possível obter maior aproximação com a temática e a captação do fenômeno diretamente em sua fonte, no seu lócus. O primeiro encontro do Fórum observado estava restrito às pessoas com deficiência – aquelas que buscavam um trabalho e também as que já o encontraram por meio das ações do Fórum. O segundo foi aberto aos profissionais e/ou gestores dos equipamentos públicos, privados e organizações governamentais do território e dos órgãos centralizados da prefeitura de São Paulo que tratam da temática da pessoa com deficiência e do trabalho e renda.

DESENVOLVIMENTO

É recente no Brasil a discussão a respeito das ações locais na construção das políticas públicas. Contudo, tem sido recorrente. Na literatura sobre políticas públicas, as ações locais

têm exercido um papel importante como forma de consolidação da democracia brasileira. Fato esse que remete à construção da Carta Magna de 1988, que dentre os seus benefícios, inaugurou uma série de dispositivos que favoreceram a consolidação da cidadania, o desenvolvimento local e a participação social.

O desenvolvimento de ações locais, como o próprio termo já anuncia, refere-se às ações concebidas no nível local. Ações essas emanadas pelos atores sociais presentes no território, seja o poder público ou a sociedade civil, esta última enriquecendo uma cultura de participação cidadã.

Tratando-se das possibilidades das ações locais no contexto da gestão pública, em especial no processo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho – tema desse estudo –, importa salientar que para melhor compreensão e apreensão da temática, torna-se pertinente discorrer sobre os conceitos que, de um modo articulado e complementar, envolvem e potencializam as ações no nível local. Antes, faz-se necessário esclarecer que no âmbito dessa temática muitos elementos mostraram-se importantes nessa discussão, entretanto, as dimensões e possibilidades dessa pesquisa, exigiram que fossem escolhidos apenas os três citados acima: desenvolvimento local, cidadania e intersetorialidade.

O primeiro, o desenvolvimento local, destaca-se por ser um conceito que não encontra consenso na literatura, porém de fundamental importância para a discussão sobre intervenções nós e para os territórios, pois nesse estudo ele é concebido a partir da concepção da construção de ações que, direta ou indiretamente, promovam a qualidade de vida da população.

Já o segundo, a cidadania, configura-se como elemento exponencial para a concretização do desenvolvimento local, uma vez que esta é concebida, por alguns autores, a partir da relação direta com a participação civil e responsabilidade social dos cidadãos na criação, implantação e monitoramento das políticas públicas.

O terceiro elemento, a intersetorialidade, entendida como uma condição para se chegar ao desenvolvimento local, é evidenciada nessa pesquisa por se tratar de um processo de alta relevância para a implantação de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, posto que essa temática pressupõe uma transversalidade de necessidades que percorrem as áreas dos direitos humanos, trabalho e renda, acessibilidade, saúde, etc.

Portanto, como exposto, verifica-se que os três principais conceitos desse estudo fazem parte de um processo que se entrelaça e se fortalece no contexto das políticas públicas. Entretanto, evidencia-se que o conceito de desenvolvimento local se torna o norteador dessa

investigação, sendo que os demais, a cidadania e a intersetorialidade, desenvolvem-se como sustentadores e fortalecedores para a efetivação das ações locais.

A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito de desenvolvimento local vem sendo cunhado no Brasil especialmente a partir dos anos 1990. Período posterior ao processo de redemocratização do país, que resultou na Assembleia Constituinte e na elaboração da Constituição Federal de 1988. Um dos fatores que relacionam o desenvolvimento local à Constituição Federal de 1988 é o novo papel concedido aos Municípios: o papel de ente federativo com autonomia na organização político-administrativa e financeira, equiparando-o aos Estados e União, de modo que se estabeleceu uma nova repartição das competências tributárias, possibilitando importantes ganhos aos municípios (ANDRADE, 2007 apud SALLES, 2012). Outro fator presente na Carta Magna de 1988, que tem importante relação com o desenvolvimento local, é o ingresso direto do povo no exercício da função legislativa e na produção de políticas governamentais, por meio dos instrumentos de participação popular. Nesse sentido, importa destacar que o município passou a ser o lócus do exercício da democracia, uma vez que “os cidadãos se interessam mais pelos problemas que lhe dizem respeito mais de perto” (SALLES, 2012, p. 16). Sendo assim, cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988 instaura um novo processo de gestão da coisa pública, que, além dos dois elementos já citados (novo papel do município como ente federativo e as instâncias de participação popular), traz um conteúdo rico em princípios democráticos e de cidadania.

Nesse sentido, Silveira, Bocayuva e Zapata (2002) afirmam que a partir da década de 1990, o Brasil tem experimentado “um florescimento de práticas localizadas” em que a “integração de ações e as políticas públicas colocam-se em novas bases de referências” (SILVEIRA; BOCAYUVA; ZAPATA, 2002, p. 245).

Isto posto, vale repetir que o conceito de desenvolvimento local será o “motor” condutor dessa pesquisa. Para tanto, um dos autores que trabalham com esse conceito é o sociólogo Francisco de Oliveira, que o define como uma “tendência contrária aos processos dominantes” (2001, p. 19), tratando-se de um espaço de conflitos com real enfrentamento social, com possibilidades de diminuir a separação existente entre governantes e governados, cumprindo um papel de contraposição ao modelo dominante de concentração de poder; um local onde se pode “criar um lócus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a

autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos” (OLIVEIRA, 2001, p. 14). No entanto, esse mesmo autor interpela que o conceito de desenvolvimento local nem sempre é fácil de ser definido, como escrito na passagem que se segue:

“A maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor parecem-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação: a própria dificuldade de definir o que é desenvolvimento local, já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é desenvolvimento local, então, como ensinava uma velha lição de álgebra, nada é desenvolvimento local. Esse é um meio-caminho, sem dúvida, pois não se trata de um conflito abstrato, mas de um real enfrentamento; logo, há um recíproco condicionamento das estratégias de parte a parte. O segredo está em inventar ‘sobre la marcha’, um novo recurso que não possa ser anulado” (OLIVEIRA, 2001, p. 19).

Já Buarque (1999) e Malmegrin (2012) entendem que desenvolvimento local é um processo interno que ocorre em unidades territoriais pequenas e agrupamentos humanos, com capacidade de proporcionar o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Esses autores enfatizam que o desenvolvimento local só é viável por meio da mobilização das energias da sociedade, de modo que as capacidades e potencialidades existentes naquela unidade territorial sejam aproveitadas.

Malmegrin (2012) enfatiza que essa unidade territorial pode ser o município, que implicará no uso do termo desenvolvimento municipal, ou ainda escalas menores ou maiores. Essas microrregiões ou macrorregiões devem apresentar aspectos que formem uma unidade, tais como homogeneidade econômica e social e, sobretudo, capacidade de organização coletiva.

Diante disso, Buarque (1999) alerta que o desenvolvimento local, apesar de se constituir como um processo interno de determinada unidade territorial, se insere dentro de um contexto mais amplo e complexo, no qual recebe interferências e pressões positivas e negativas. Conforme citação abaixo:

“Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de ‘integração econômica com o contexto’ regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças” (BUARQUE; BEZERRA, 1994, apud BUARQUE, 1999, p. 10).

Sendo assim, em se tratando de desenvolvimento local, a conexão que se faz com o conceito de território, assinalada especialmente pelo geógrafo Milton Santos, é demasiada propícia, uma vez que o território é, por excelência, o espaço de construção das vivências, espaço onde transitam os desejos, os anseios e também de onde emanam as ações. Sendo assim, segundo Milton Santos (2002, p. 43), é no território que as marcas da realidade são expressas, “não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas”.

Nesse sentido, Silva (2015) afirma que:

“O território surge, então, como o meio de integração das ações públicas, pois considera-se que, em algum momento, todas as interferências governamentais terão efeito e serão influenciadas por ele. O caráter espacial das políticas públicas é uma realidade, principalmente quando tratamos de questões de desenvolvimento regional (...)” (SILVA, 2015, p. 403).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local vai na contramão de políticas verticalizadas, de caráter centralizador e genérico. Sua aplicação se dá no território, de onde emanam forças desse e para esse espaço, permitindo uma integração de programas públicos voltados para a realidade local. O que exige, não só do poder público, mas também da comunidade local e seus diferentes atores sociais (setores públicos, privados e sociedade civil), uma mobilização no sentido de desempenharem “o papel de promotores e articuladores de políticas públicas, desde o desenho, até a implantação e acompanhamento das ações” (SILVEIRA; BOCAIUVA; ZAPATA, 2002, p. 257).

Como já destacado, ao tratar de desenvolvimento local se faz imperativo estabelecer uma relação com o conceito de cidadania, e é dele que trataremos em seguida.

A CIDADANIA NO CENTRO DA QUESTÃO

No tocante à cidadania, a definição mais aludida é a do sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall, datada do século XIX na Inglaterra. Nessa definição, Marshall trata a cidadania a partir de três pilares: direito civil, político e social. Para o autor, esses três direitos estão intrinsecamente ligados por uma sucessão histórica, a partir da conquista dos direitos civis abre-se a necessidade e possibilidade de conquista dos direitos políticos, e este dá suporte e sustentação concretude da existência da cidadania numa dada sociedade. Contudo, não bastava que esses direitos fossem declarados, seria necessário que eles fossem colocados em prática no cotidiano dos indivíduos (SANTOS, 2012).

Na realidade brasileira, o conceito de cidadania trazido por Marshall não encontra tanta sustentabilidade, uma vez que a ordem de sucessão prescrita pelo autor não se realizou nesse país. Um exemplo disso são os direitos sociais que foram instituídos em plena ditadura Vargas (1930 - com a Consolidação das Leis Trabalhistas), ou seja, na ausência de direitos políticos (SANTOS, 2012).

Para Oliveira (2001), a cidadania não é passível de ser mensurada, ela é adquirida por meio do conflito, por indivíduo autônomo, crítico e reflexivo. Ela deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida.

Por conseguinte, Salles (2012) indica que o conceito de cidadania passou a ser relacionado diretamente à noção de participação civil e responsabilidade social dos cidadãos em arenas públicas, de modo que são desenvolvidas parcerias entre Governo e sociedade civil, no desenvolvimento das políticas sociais e na prestação de serviços públicos de natureza social.

Desse modo, é possível “assinalar que a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local se refere à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local” (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

Silveira, Bocayuva e Zapata (2002) também contribuem nesse aspecto:

“O território local é o espaço onde as políticas e projetos públicos podem se integrar e onde a participação da sociedade favorece o controle social sobre o desenvolvimento, constituindo-se como locus privilegiado da formação do cidadão. Participação significa aqui tomar parte das decisões e responsabilizar-se pelas decisões tomadas:

os cidadãos são responsáveis pelo interesse público e, ao mesmo tempo, sujeitos do processo de mudanças. Trabalha-se uma nova concepção de gestão pública que compreende a participação como uma possibilidade de favorecer a criatividade, a gestão de conflitos, a cooperação, a integração e o controle social das ações no âmbito local” (SILVEIRA; BOCAYUVA; ZAPATA, 2002, p. 259).

A INTERSETORIALIDADE NAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Outro importante fator que contribui de forma significativa para o desenvolvimento local é a intersectorialidade, que juntamente com a descentralização ocupa importante papel. De tal modo que ambas devem funcionar de forma articulada, posto que têm como objetivo comum o desenvolvimento local. (MALMEGRIN, 2012).

No que se refere à intersectorialidade, faz-se necessário enfatizar que o seu papel constitui como uma condição de possibilidade do desenvolvimento local. Portanto, a intersectorialidade é um elemento da formação dessa nova matriz de produção de política pública.

Sendo assim, as palavras de Silveira, Bocayva e Zapata (2002) reforçam a discussão:

“Isto supõe a percepção latente ou manifesta de um domínio comum de interesse público, a disposição dos atores e – mais do que isto – sua mobilização. Tendo como base fundamental e necessária esta multiplicidade de forças sociais existentes, a questão da intersectorialidade ganha novo significado ao articular-se com a idéia de território e controle social. ‘O caminho para a intersectorialidade parece ser o enfoque territorial, conduzindo os diversos elementos para dentro de um contexto onde o controle social é possível’.

(SILVEIRA; BOCAYUVA; ZAPATA, 2002, p. 182).

Para Junqueira (2004), a intersectorialidade configura-se como uma nova possibilidade de enfrentamento das demandas sociais advindas da população de determinado território. É, portanto, um olhar que enfatiza a integralidade do ser e de suas demandas, não podendo ser tratada de forma fragmentada, mas em sua totalidade. Desse modo, Junqueira (2004) ressalta

que os problemas sociais em um dado território, devem ser entendidos e enfrentados dentro daquele mesmo território, por meio das políticas públicas, sob a perspectiva dos direitos sociais, em que sejam contemplados os elementos de integração, território e equidade. Ou seja, os problemas sociais devem ser considerados no território onde eles se manifestam e é nesse mesmo território que as políticas públicas devem intervir, considerando todas as necessidades daquela população e buscando ações de integração das políticas sociais.

Sendo assim, Junqueira (2004) salienta:

“A cidade, considerada como protagonista política, como arena de negociação e de salvaguarda dos interesses dos cidadãos, não pode encarar de maneira fragmentada e setorializada os problemas sociais que emergem em seu espaço geográfico. Essa maneira de encarar os problemas sociais determina uma nova forma de gestão das políticas sociais, que passa também pela descentralização. A intersetorialidade refere-se à população e aos seus problemas, circunscritos a um território ou região da cidade ou do município. Essa visão da ação integrada das políticas sociais ainda não constitui uma prática dos gestores” (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

Nesse sentido, intersetorialidade pode ser definida como a articulação entre as diversas políticas sociais, em que há o desenvolvimento de ações conjuntas com vistas à proteção social, inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais. De maneira que possam ser implantadas e implementadas ações integradas entre as políticas sociais, superando assim, o caráter fragmentário das políticas sociais no atendimento às demandas sociais da população. Essa autora enfatiza também que a ação intersetorial das políticas sociais “envolve a agregação dos diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser o princípio orientador da construção das redes municipais” (YASBEK, 2010, p. 25).

O FÓRUM REGIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO TRABALHO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

No que se refere às ações do Fórum Regional de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho, faz-se necessário reforçar que se trata de uma discussão que está

circunscrita em um determinado território, e como já tratado, a perspectiva de análise desse estudo circunscreve-se no contexto de desenvolvimento local, exercício da cidadania e ações no âmbito da intersectorialidade das políticas sociais.

Desse modo, importa indagar: em que medida os conceitos de desenvolvimento local, intersectorialidade e cidadania podem ser observados na prática do Fórum Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho? Ou seja, o problema o qual esse estudo pretendeu explorar, refere-se às possibilidades que as ações desse Fórum têm de potencializar elementos e reflexões tidos como importantes no contexto das políticas públicas, tanto para a construção quanto para o aprimoramento delas.

Esses três conceitos formam uma tríade que evidencia a importância de ações no nível local para a consolidação de políticas sociais que atendam às necessidades da população de maneira integral e efetiva.

Importa salientar que no tocante ao conceito de desenvolvimento local, as definições, muitas vezes, foram incongruentes, o que dificultava a compreensão sobre o assunto. Para esse conceito os autores estudados foram: Buarque (1999), Malmegrin (2012), Oliveira (2001), Salles (2012).

Dentre esses autores, verificou-se que Oliveira (2001) é o único que faz a crítica às inconsistências acerca do conceito de desenvolvimento local e ressalta, de forma vigorosa, que o desenvolvimento local é um processo revolucionário, ao passo que se circunscreve em uma tendência contrária aos pressupostos hegemônicos consolidados na sociedade, perfazendo um espaço de enfrentamento social onde os cidadãos são os principais protagonistas na construção de ações para o bem comum, ou seja, na construção das políticas públicas.

Buarque (1999) e Malmegrin (2012) reduzem a análise do desenvolvimento local ao viés do dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida, não o diferenciando das ações hegemônicas.

Contudo, cabe ressaltar que todos os autores estudados salientam que o desenvolvimento local é um processo construído no e para o território, pela população que lá vive e constrói seus percursos de vida. Distanciando-se, assim, de políticas verticalizadas emanadas pelos governantes.

Em relação à cidadania, verifica-se que as considerações de Santos (2012) mostraram que no Brasil ela não se deu num contexto de luta e reivindicação, num processo de sucessão histórica de direitos como aludido por Marshall, pelo contrário, suas primeiras evidências

ocorreram durante uma ditadura. O que já evidencia sua fragilidade perante outros processos que se perfizeram por meio de conflitos e lutas históricas da classe trabalhadora. Não obstante, a cidadania que foi e vem sendo tecida na realidade brasileira tem seu valor e vem sendo evidenciada nas cercanias das ações locais, forjando-se no dia-a-dia dos e nos territórios.

A definição de intersetorialidade ainda se encontra em construção. São poucos os textos e autores que tratam do assunto. Os autores mostraram pontos de confluência em suas definições, especialmente quando relacionaram intersetorialidade com território. Pensar o modelo intersetorial das políticas públicas é pensá-lo circunscrito em um determinado território

Além disso, também se enfatiza que a intersetorialidade não é apenas a união de várias políticas para o desenvolvimento de ações conjuntas, é, antes de tudo, uma resposta integralizada aos problemas sociais sofridos pelos indivíduos. De modo que esse indivíduo é concebido em sua totalidade e não por fragmentos dos problemas que enfrenta, como tem sido nas ações setorializadas das políticas sociais.

A PRODUÇÃO E O SENTIDO DO FÓRUM REGIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Com as participações de uma das autoras nas reuniões propostas pelo Programa de Cultura e Extensão do Curso de Terapia Ocupacional da USP (idealizador e organizador do Fórum e da leitura dos relatórios produzidos por esse mesmo Programa, que abrangeram as ações, objetivos e resultados do Fórum Regional de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) no Trabalho), a observação possibilitou maior aproximação com as dificuldades presentes para a efetivação dos objetivos do Fórum. No primeiro encontro do Fórum observado, verificou-se a participação de pessoas com deficiência que demonstraram interesse em obter uma ocupação laboral. Além dessas, destacou-se também a participação de pessoas com deficiência que já estavam empregadas após as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Cultura e Extensão e faziam questão de participar dos encontros propostos. Em relação a esses últimos, percebeu-se nas falas que, se por um lado a participação no Fórum e demais reuniões a esse respeito os fortaleciam e os preparavam diante das dificuldades apresentadas no ambiente de trabalho, por outro, eram as ações desenvolvidas – incluindo-se o próprio Fórum – que se fortaleciam com os seus depoimentos.

Apesar de o Fórum referenciar suas ações para as pessoas com deficiência, verificou-se que a participação dos usuários não se limitou apenas a esse segmento. Havia pessoas de meia idade e também idosos sem deficiência que passavam por dificuldades na inserção no mercado de trabalho e encontravam nesse espaço de diálogo e intervenção, uma possibilidade de mudança em sua realidade.

Nesse sentido, identifica-se que o Fórum tem se configurado como um espaço de apoio para aqueles que buscam um emprego, como também para aqueles que já o encontraram.

A participação da população nos encontros do Fórum, além de possibilitar a disseminação de informações a respeito da temática do trabalho e de outros assuntos de interesse dessa população, também pode ser um espaço de estímulo para a participação cidadã dessas pessoas em ambientes de controle social e reivindicação, fortalecendo assim a democracia e a cidadania.

No segundo encontro do Fórum observado, estavam presentes a população demandatória de emprego, os profissionais de diversos equipamentos públicos da região (Diretoria de ensino do Butantã, Escolas, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e serviços de saúde) e duas representantes do Instituto de Tecnologia Social – ITS, que desenvolve e dissemina a metodologia de Emprego Apoiado para pessoas com dificuldade de colocação no mercado de trabalho, dentre as quais estão incluídas as pessoas com deficiência.

Nessa reunião, ficou evidenciado o papel de disseminador de informações no qual o Fórum vem desempenhando na região. Informações essas que encontram reverberação tanto para os profissionais quanto para os usuários dos serviços. Além disso, também foi possível conferir o espaço de construção de novos caminhos que o Fórum vem traçando, por meio da construção de alternativas de trabalho para aqueles que não se encaixam nas demandas trazidas pelas empresas. Um exemplo dessas alternativas são as cooperativas sociais, baseadas na proposta da economia solidária. Desse modo, o Fórum atua em duas frentes: o emprego e a economia solidária.

Nota-se que, nesse encontro, houve participação de vários atores das políticas públicas, o que de algum modo pode expressar a importância do fórum no contexto do território. Contudo, há de se registrar que a maioria dos profissionais participantes do Fórum atua na execução da política pública, ou seja, são técnicos de nível universitário que atendem à população nos diversos equipamentos públicos. Sendo assim, esse fato pode representar inovações no âmbito do território, no fazer profissional desses trabalhadores e no atendimento às famílias.

Sendo assim, pode-se considerar que a presença de diversos atores sociais no Fórum, principalmente os atores dos equipamentos dos diferentes setores da política pública, pode indicar que o Fórum está atuando como um espaço de materialização da pretendida intersectorialidade na política pública. Ao passo que a união dos diversos atores para o enfrentamento dos problemas sociais do território se faz de maneira articulada, a partir de um olhar que considera a integralidade do ser e de suas demandas.

Outro aspecto relevante a respeito do aumento e da diversidade da participação dos atores do território no Fórum refere-se à construção de alternativas, de caráter horizontal, para a gestão Compartilhada do bem comum. Ou seja, as ações do fórum inserem-se no contexto de desenvolvimento local, pois cria um espaço de articulação cidadã e governamental que busca resolver os problemas locais por meio da mobilização das forças do e no território.

No tocante aos relatórios produzidos pelo Programa de Cultura e Extensão do Curso de Terapia Ocupacional da USP, apenas os relatos estritamente referentes ao Fórum foram analisados. Cabe ressaltar que a constituição do Fórum Regional de Apoio à Inclusão da PcD no Trabalho configura-se como a materialização de um dos objetivos do Programa de Cultura e Extensão, qual seja, a constituição de uma rede de serviços intersectoriais de apoio à inclusão de pessoas com limitações no mundo do trabalho.

Sendo assim, em 2014 foram realizadas duas reuniões do Fórum, em março e maio, as quais contaram com a presença de representantes da política de educação, saúde, assistência social, organizações não governamentais (ONGs) e o curso de terapia ocupacional da USP. Diante da diversidade de setores presentes, percebe-se que a tônica do encontro também foi diversa, contudo, sempre se atentando para o foco do encontro – a inclusão da PcD no mundo do trabalho. Discutiu-se a falta de autonomia das PcD, o apoio das famílias no processo de inclusão no trabalho, condições de trabalho precárias para quem não tem escolaridade, as políticas públicas de apoio à inclusão da PcD no trabalho e os desafios para inclusão laboral das pessoas com deficiência intelectual.

Dentre os resultados alcançados na fase que compreende o período de agosto de 2013 a julho de 2014, chama a atenção a possibilidade produzida pelo Fórum no fomento de uma rede intersectorial que possa somar esforços para desenvolver estratégias, dentre outras coisas, para a inserção da PcD no trabalho.

No que se refere ao segundo relatório (ainda em construção), verifica-se uma evolução do Fórum no que diz respeito à quantidade de encontros, uma vez que foram realizados quatro encontros até junho de 2015 (setembro de 2014, março, maio e junho de 2015). Também se

constata que, além dos equipamentos públicos já participantes na etapa anterior, acrescenta-se a participação de órgãos da iniciativa privada (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo– FIESP), de organizações não governamentais (Associação Pestalozzi de Osasco) e do governo do Estado de São Paulo (Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – PADEF). A inclusão desses novos participantes representa um importante passo do Fórum, pois cada vez mais está aglutinando pessoas e órgãos diferenciados que tratam da temática da inclusão da PCD no mercado de trabalho.

Pontua-se também, que nesse último relatório, em comparação à etapa anterior, as pautas discutidas tiveram um direcionamento mais específico e linear. Foram abordados os benefícios de proteção social para as PcD, projetos de emprego apoiado, potencialização do território a respeito da temática e aproximação com os projetos da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo. Sendo assim, esse fato, pode ser compreendido como um processo de maturação e reafirmação do Fórum como importante articulador dentro do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas no âmbito do Fórum de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho têm demonstrado uma importante articulação política e social dentro do território do Butantã. Ao mesmo tempo que mobiliza a população para espaços comunitários de discussão dos problemas enfrentados por elas – nesse caso a inserção no trabalho de pessoas com deficiência –, também potencializa a integração de ações entre as diversas políticas públicas do território. Mesmo que o motivo de encontro esteja relacionado a uma temática específica, as reuniões possibilitam que os diversos atores se conheçam e, ainda, conheçam as intervenções de cada equipamento ali presente, possibilitando a troca de informações e criando oportunidades de integração dos programas públicos e até mesmo privados.

Nesse sentido, ao estimular a integração dos programas públicos, além de viabilizar ações intersetoriais, o que fica evidenciado é o fortalecimento do território enquanto uma unidade produtora de respostas para suas próprias demandas sociais, por meio da confluência dos diversos atores, que mobilizam suas energias para o enfrentamento dos problemas vividos pela população naquele território.

Outro importante fator suscitado nessa pesquisa, refere-se ao exercício da cidadania desencadeado a partir da participação da população no Fórum. As pessoas com deficiência ou suas famílias que buscam o Fórum, são motivadas, a priori, pela demanda concreta de procura de emprego. Contudo, ao se inserirem nos encontros do Fórum, também trocam dicas e informações importantes que lhes são úteis para o dia-a-dia, na concretização de seus direitos. Fato esse que tende a fortalecer e consolidar o exercício da cidadania dessas pessoas, que muitas vezes estava restrito, unicamente, ao momento do voto.

Sendo assim, observou-se que o Fórum se configura como um importante espaço de construção e disseminação de saberes e pôde demonstrar convergência e materialização dos conceitos de desenvolvimento local, intersectorialidade e cidadania.

Em se tratando do Fórum, importa enfatizar que as ações desse espaço são viabilizadas devido à intervenção da Universidade de São Paulo, por meio do Programa de Cultura e Extensão do Curso de Terapia Ocupacional, que disponibiliza profissionais e estudantes para ações no território e, dentre essas ações, estão inseridas a mobilização e organização prévia do Fórum. Fato esse que viabiliza um processo articulado e reflexivo das intervenções do Fórum no território, dando-lhe mais consistência enquanto uma atuação direta com a população e trabalhadores da unidade territorial.

Para novos estudos, seria interessante verificar se existem outras manifestações, como essa do Fórum de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho, em outras regiões da cidade de São Paulo. E ainda, se essa questão da inclusão da PcD no trabalho aparece de forma latente como verificado no território do Butantã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L.A.G. de (2007). O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octávio (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Editora UNESP.
- BUARQUE, S.C. (1999). Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. Brasília: Projeto de cooperação técnica INCRA/IICA, jun. Recuperado em 2 setembro de 2015, de <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>.
- BUARQUE, S.C. & BEZERRA, L. (1994). Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais. Projeto Áridas (mimeo.), dezembro.

- YASBEK, M.C. (2010). Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. CPIHTS. Recuperado em 15 setembro de 2015, de <http://www.cpihts.com>.
- JUNQUEIRA, L.A. (2004). Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 25-36, jan-abr.
- LUDKE, M. (2012). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária. 99p.
- MALMEGRIN, M.L. (2012). Redes públicas de cooperação local – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB.
- MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. (2006). Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas.
- OLIVER, F.C. et. al. (2014). Grupo de apoio a jovens com limitação para realização de atividades cotidianas: conhecendo demandas e construindo possibilidades de participação (fase II). São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Medicina - Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.
- OLIVER, F.C. et. al. (2015). Grupo de apoio a jovens com limitação para realização de atividades cotidianas: conhecendo demandas e construindo possibilidades de participação (fase III). São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Medicina - Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.
- OLIVEIRA, F. de. (2002). Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? In: CACCIA-BAVA Silvio; PAULICS Veronika; SPINK Peter - organizadores. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV.
- SALLES, H. da M. (2012). Gestão democrática e participativa / Helena da Motta Salles. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB. 108p.
- SANTOS, M.P.G. dos. (2012). O Estado e os problemas contemporâneos / Maria Paula Gomes dos Santos. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC.
- SANTOS, M. (2002). A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP.
- SILVA, M.A.S. da. (2015). O território como um sistema social complexo. In: *Modelagem de*

sistemas complexos para políticas públicas / editores: Bernardo Alves Furtado, Patrícia A. M. Sakowski, Marina H. Tóvolli. – Brasília: IPEA. 436 p : il., gráfs. color.

SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C. & ZAPATA, T. (2002). Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos. In: CACCIA-BAVA Silvio; PAULICS Veronika; SPINK Peter - organizadores. Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV.

TEIXEIRA, E.C. (2002). O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez Editora; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

Recebido 09/04/2018
Aprovado 04/09/2018